

***COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO
DOS EMPREGADOS DO MAGAZINE
LUIZA, EMPRESAS CONTROLADAS E
COLIGADAS – COOPLUIZA.***

***RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES***

Nº 042/2024

AB: 31/12/2023



S a c h o – Auditores Independentes
Auditoria e Assessoria

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Srs.
Diretores e Conselheiros da
Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados do Magazine Luiza, Empresas Controladas e
Coligadas – COOPLUIZA.
Franca – SP.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados do Magazine Luiza, Empresas Controladas e Coligadas – COOPLUIZA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COOPLUIZA em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

As demonstrações contábeis da COOPLUIZA para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 03 de março de 2023, com opinião sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da COOPLUIZA é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

S a c h o – Auditores Independentes **Auditoria e Assessoria**

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da COOPLUIZA, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



S a c h o – Auditores Independentes
Auditoria e Assessoria

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 14 de março de 2024.


SACHO – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC – 2SP 017.676/O-8
CNAI-IPJ-000155


MARCELO MACHADO DE ANDRADE
CRC – 1SP 223.997/O-8

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

*CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO
2023*

Sumário	2
1. Mensagem aos leitores	3
2. Mensagem Do Presidente	4
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	5
3.1. Assembleia Geral	5
3.2. Conselho Fiscal	6
3.3. Conselho Administração	6
3.4. Auditoria Interna	7
3.5. Gerência Negócios	7
3.6. Gerência Planejamento e Compliance	7
4. Perfil Institucional	8
5. Principais Números 2023	9
6. Plano Estratégico 2024	10

| 1. Mensagem aos leitores

Senhores associados,

Submetemos à apreciação de V.S.^ª as demonstrações contábeis do exercício de 2023 da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados do Magazine Luiza Empresas Controladas e Coligadas – COOPLUIZA, na forma da Legislação em vigor.

A Cooperativa foi fundada em 09 de abril de 1997, na rede de varejo Lojas Maia. Com a aquisição da rede pelo Magazine Luiza SA foi adotado e expandido o cooperativismo para todo o Grupo Luiza.

A CoopLuiza é uma cooperativa de capital e empréstimo voltada para fomentar o crédito consignado para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com os serviços financeiros, são remunerados e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

| 2.Mensagem Do Presidente

A CoopLuiza se manteve na posição conservadora em 2023, uma vez que o mercado se mantinha com uma taxa de juros elevada e com poucas perspectivas de redução, redução essa que ocorreu no 3º trimestre. Contudo, a cooperativa manteve seu olhar mais a longo prazo, estabelecendo limites na concessão do crédito, em virtude do aumento da inadimplência, e isso caracterizou algumas retrações frente aos anos anteriores, mas alinhados aos resultados futuros que essas novas concessões trarão para nossa cooperativa.

Ao longo de 2023 mantivemos nossa **carteira de cooperados ativos** em **12.440**, um crescimento de **1,8%yoy**. Nossa **capitalização** segue na mesma linha, fechando o ano com o saldo em **MR\$32.110**, apresentando um crescendo **21,7%yoy**. Nossa carteira de **crédito** fechou em **MR\$37.642**, uma retração de **(1,4)%yoy** e **mantivemos em caixa MR\$19.177**.

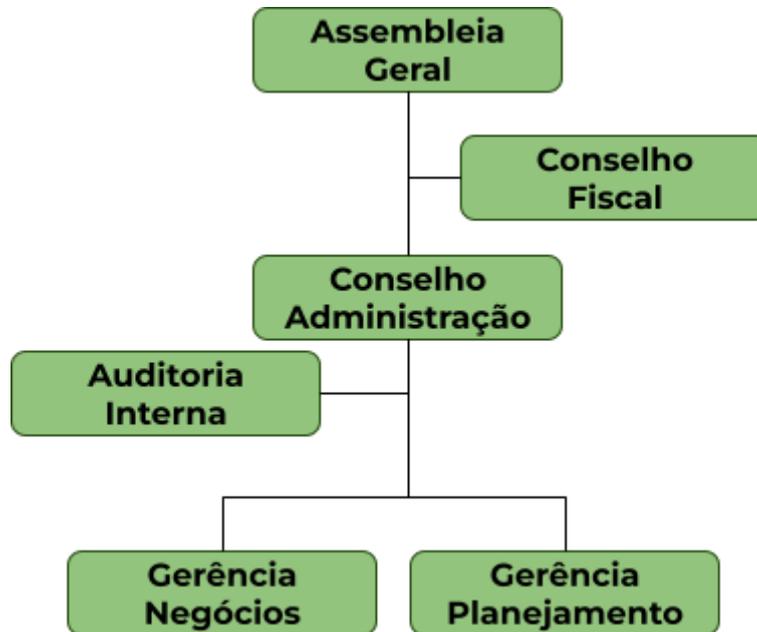
A **receita** cresceu **34,0%yoy**, fechando em **MR\$14.527**, um **custo** acrescido das **despesas operacionais** reduzido de **outros ingressos** no montante de **MR\$(3.933)** e com **sobras do exercício** de **MR\$10.555**, um crescimento de **52,6%yoy**, como nos anos anteriores remunerando o capital do associado a 100% do CDI.

Alinhados a estratégia de reter e atrair mais associados para nossa cooperativa, desenvolvemos os benefícios **Educa+**, que oferece a associados um auxílio financeiro na aquisição de material escolar dos seus dependentes, o **Visão+** que concede uma contribuição na aquisição de óculos de grau, e **Esporte+**, que incentiva os cooperados na prática de esportes, oferecendo um auxílio na participação de eventos esportivos.

Gostaria de ensinar que estamos confiantes nos caminhos percorridos em 2023, foi um ano de muito aprendizado e grandes vitórias.

| 3. Estrutura de Governança

Atualmente a CoopLuiza está organizada na seguinte hierarquia:



| 3.1. Assembleia Geral

A CoopLuiza se organiza de forma delegada para realização das assembleias, atualmente temos no corpo de delegados a quantidade de 39, distribuídos em 10 estados brasileiros, cujos têm o espetacular trabalho de representar os 12.541mil associados na assembleia e fomentar nossa cooperativa na região onde atuam.

| 3.2. Conselho Fiscal

Eleito na AGO 2022 com posse em 18/10/2022, compostos por três membros efetivos e suplentes, possuem mandato de 3 (três) anos.

O Conselho Fiscal, tem o propósito de fiscalizar os atos do Conselho de Administração e reportar para a Assembleia Geral.

Atualmente é composto pelos membros:

Efetivos

Clayton Carlos Jardini
coordenador de projetos - Franca/SP

Odilon De Almeida Peixoto Bianchi
coordenador de auditoria interna - Franca/SP

Rita De Cássia Farchi Dos Reis
coordenadora de departamento pessoal - Franca/SP

Suplentes

Leandro Hespanhol Dos Santos
diretor comercial e novos negócios - São Paulo/SP

Luiz Manoel Augusto Costa
coordenador de auditoria interna - São Paulo/SP

| 3.3. Conselho Administração

Eleito na AGO 2020 empossado em 13/10/2020, composto por cinco membros efetivos e atuantes por 4 (quatro) anos.

Tem como premissa principal levar a cooperativa mais longe do que possa imaginar e possui atribuições executivas frente às diretrizes da cooperativa.

O corpo de conselheiros são compostos por:

Vinicius Henrique Peraro
presidente

Valéria Luisa de Abreu Araujo
vice presidente

Marilise Bertelli Diniz
conselheira vogal

Raquel De Souza Palma Lancha
conselheira vogal

Alexandro Buck
conselheira vogal

| 3.4. Auditoria Interna

Como parte integrante dos controles internos das instituições financeiras, a realização de auditoria interna em cooperativas de crédito encontra-se prevista na Resolução nº 4.588/17 do Conselho Monetário Nacional – CMN. A metodologia de auditoria interna tem por objetivo contribuir para que o Conselho de Administração e a administração da cooperativa confirmem o funcionamento das regras e estratégias de negócios que foram aprovadas.

A empresa contratada para realização da auditoria interna na Coopluiza é a Padrão Auditoria.

| 3.5. Gerência Negócios

Elabora o plano comercial, desenvolve planos estratégicos, estuda sobre o potencial de expansão e identifica oportunidades de novos negócios por meio do levantamento de informações sobre o mercado. Acompanha resultados financeiros, contratos e analisa indicadores de performance de vendas. Também é responsável pelas áreas de atendimento ao cliente, marketing, crédito e Gestão de Pessoas.

| 3.6. Gerência Planejamento e Compliance

Responsável pelas rotinas administrativas e de compliance da unidade (Gestão da equipe, elaboração de estratégias para cumprimento de metas, controle e análise de DRE, Balanço, Resultados, controles internos e riscos, LGPD e auditorias).

Conduz o processo de planejamento estratégico, subsidiando o Conselho em análises de oportunidade de negócio. Desenha as políticas e processos criando fluxos da área. Realiza o levantamento e análise de informações sobre os aspectos econômicos e financeiros, a fim de contribuir na elaboração de planos de ação para alcance dos objetivos da empresa. Elabora reportes gerenciais com os principais indicadores da empresa.

| 4. Perfil Institucional

Missão

Gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo, aos associados e às suas comunidades

Visão

Ser reconhecido como a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados

Valores

Transparência | Comprometimento | Respeito | Ética | Solidariedade | Responsabilidade

| 5.Principais Números 2023

5.219

adesões sócios

-14,25% comparado com 2022
-1,0% comparado com 2021

5.057

saída sócios

-4,71% comparado com 2022
+50,9% comparado com 2021

12.440

sócios ativos

+2,59% comparado com 2022
+32% comparado com 2021

R\$29 milhões

total emprestado

-8,82% comparado com 2022
+ 111% comparado com 2021

R\$32 milhões

total captado

+ 21,7% comparado com 2022
+ 48% comparado com 2021

R\$4,2 milhões

Fates

+ 1,2% comparado com 2022
+ 33% comparado com 2021

R\$16 milhões

receita total

+41% comparado com 2022
+ 118% comparado com 2021

R\$8 milhões

despesas totais / Custo /
Impostos / Juros ao Capital

+ 20% comparado com 2022
+ 113% comparado com 2021

R\$7 milhões

sobras líquidas

+ 75% comparado com 2022
+ 125% comparado com 2021

| 6. Plano Estratégico 2024

A estratégia é fidelizar a base de associados com mais benefícios, alinhados a uma concessão de crédito mais atraente, com taxas e prazos personalizados ao perfil de cada solicitante de forma eficiente e trabalhar na educação financeira do nosso público.

Franca/SP, 18 de Março de 2024.

**Cooperativa de Crédito Mútuo dos
Empregados do Magazine Luiza, Empresas
Controladas e Coligadas – COOPLUIZA**

**Demonstrações financeiras de 31 de dezembro
de 2023 e o relatório do auditor independente**

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados do Magazine Luiza, Empresas Controladas e Coligadas – COOPLUIZA

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>		<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativo				Passivo			
Circulante		43.678.077	30.061.807	Circulante		8.278.325	8.193.894
Instrumentos financeiros				Instrumentos financeiros			
Caixa e equivalentes de Caixa	3	32.890	47.490	Obrigações por empréstimos	8	-	1.530.204
Títulos e valores mobiliários	3	19.176.684	5.464.218	Outras obrigações	9	8.278.325	6.663.690
Operações de crédito	4	26.368.807	25.905.636				
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5	(1.971.973)	(1.382.443)				
Outros ativos	6	71.669	26.906				
Não circulante		11.234.401	12.000.972	Não circulante		-	-
Realizável à longo prazo				Patrimônio líquido	10	46.634.153	33.868.885
Instrumentos financeiros				Capital social		32.110.389	26.387.958
Operações de crédito	4	11.272.917	12.277.680	Reservas de sobras		8.221.269	4.436.732
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5	(168.231)	(340.503)	Sobras acumuladas		6.302.495	3.044.195
Imobilizado de uso	7	131.894	131.894				
Intangível	7	93.791	-				
(-) Depreciações e amortizações	7	(95.970)	(68.099)				
Total do ativo		54.912.478	42.062.779	Total do passivo e patrimônio líquido		54.912.478	42.062.779

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados do Magazine Luiza, Empresas Controladas e Coligadas – COOPLUIZA

Demonstrações do resultado

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

Nota	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Ingressos da intermediação financeira	7.366.736	14.526.863	10.840.920
Operações de crédito	6.507.217	13.261.267	10.415.055
Títulos e valores mobiliários	859.519	1.265.596	425.865
Dispêndios da intermediação financeira	(1.256.967)	(2.144.824)	(1.789.330)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(-)	(16.411)	(279.917)
Provisão para perdas em operações de crédito	(1.256.967)	(2.128.413)	(1.509.413)
Resultado bruto da intermediação financeira	6.109.769	12.382.039	9.051.590
Outros ingressos operacionais	335.966	1.397.121	489.768
Ingressos de prestação de serviços	15.274	26.954	11.991
Outros ingressos operacionais	320.692	1.370.167	477.777
Outros (dispêndios) operacionais	(5.027.593)	(6.335.028)	(5.260.903)
Dispêndios administrativos	(1.014.939)	(1.660.593)	(1.416.153)
Dispêndios de pessoal e honorários	(742.455)	(1.343.746)	(1.189.823)
Dispêndios de depreciação e amortização	(15.229)	(27.871)	(10.274)
Outros dispêndios operacionais	(3.254.970)	(3.302.818)	(2.644.653)
Resultado operacional	1.418.142	7.444.132	4.280.455
Resultado não operacional	-	-	-
Resultado antes da tributação	1.418.142	7.444.132	4.280.455
Imposto de renda e contribuição social	(6.251)	(9.918)	(3.885)
Sobra líquida antes da reversão dos juros sobre capital	1.411.891	7.434.214	4.276.570
Reversão dos juros ao capital	3.119.922	3.120.613	2.639.538
Sobra líquida do semestre/exercícios	4.531.814	10.554.827	6.916.108

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados do Magazine Luiza, Empresas Controladas e Coligadas – COOPLUIZA

Demonstrações do resultado abrangente

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Sobra líquida do semestre/exercícios	4.531.814	10.554.827	6.916.108
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do semestre/exercícios	4.531.814	10.554.827	6.916.108

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados do Magazine Luiza, Empresas Controladas e Coligadas – COOPLUIZA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

	Capital social	Reservas de sobras			Sobras acumuladas	Total
		Capital a realizar	Reserva legal	Reserva de expansão		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	21.744.646	-	3.155.261	35.375	1.336.587	26.271.869
Constituição de reserva	-	-	-	-	-	-
Utilização de reserva	-	-	-	(34.611)	-	(34.611)
Integralizações de capital	10.039.822	-	-	-	-	10.039.822
Capital à integralizar	-	(11.850)	-	-	-	(11.850)
Devoluções de capital	(7.986.549)	-	-	-	-	(7.986.549)
Constituição de fundo	-	-	-	-	(7.548)	(7.548)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	6.916.108	6.916.108
Juros sobre o capital	2.639.538	-	-	-	(2.639.538)	-
IRRF sobre juros ao capital	(37.649)	-	-	-	-	(37.649)
Destinação da reserva legal	-	-	1.280.707	-	(1.280.707)	-
FATES - cooperados	-	-	-	-	(1.280.707)	(1.280.707)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	26.399.808	(11.850)	4.435.968	764	3.044.195	33.868.885
Constituição de reserva	-	-	-	-	-	-
Utilização de reserva	-	-	-	(764)	-	(764)
Integralizações de capital	6.450.876	(282.600)	-	-	-	6.462.726
Devoluções de capital	(3.789.969)	-	-	-	-	(3.789.969)
Capital à integralizar	-	276.750	-	-	-	(17.700)
Destinação da reserva legal	-	-	3.785.301	-	(3.785.301)	-
Constituição de fundo	-	-	-	-	(23.142)	(23.142)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	10.554.827	10.554.827
Juros sobre o capital	3.120.613	-	-	-	(3.120.613)	-
IRRF sobre juros ao capital	(53.239)	-	-	-	-	(53.239)
FATES - cooperados	-	-	-	-	(370.554)	(370.554)
Transferência despesa FATES	-	-	-	-	3.083	3.083
Saldos em 31 de dezembro de 2023	32.128.089	(17.700)	8.221.269	-	6.302.495	46.634.153

Continua.

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados do Magazine Luiza, Empresas Controladas e Coligadas – COOPLUIZA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

...Continuação

	Capital social	Capital a realizar	Reservas de sobras		Sobras acumuladas	Total
			Reserva legal	Reserva de expansão		
Saldos em 1º de julho de 2023	28.181.398	(18.050)	7.480.162	-	6.022.324	41.665.834
Constituição de reserva	-	-	-	-	-	-
Utilização de reserva	-	-	-	-	-	-
Integralizações de capital	879.317	(114.100)	-	-	-	891.167
Devoluções de capital	-	-	-	-	-	-
Capital a integralizar	-	114.450	-	-	-	(11.500)
Reversões de fundo	-	-	-	-	-	-
Sobra líquida do 2º semestre	-	-	-	-	4.531.814	4.531.814
Juros sobre o capital	3.120.613	-	-	-	(3.119.923)	690
IRRF sobre juros ao capital	(53.239)	-	-	-	-	(53.239)
Destinação da reserva legal	-	-	741.107	-	(741.107)	-
FATES - cooperados	-	-	-	-	(370.554)	(370.554)
Constituição de fundo	-	-	-	-	(23.142)	(23.142)
Transferência despesa FATES	-	-	-	-	3.083	3.083
Saldos em 31 de dezembro de 2023	32.128.089	(17.700)	8.221.269	-	6.302.495	46.634.153

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados do Magazine Luiza, Empresas Controladas e Coligadas – COOPLUIZA

Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

	2023	2022
	2º semestre	Exercício
	(6.502.713)	(8.110.452)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(6.502.713)	(8.110.452)
Sobra ajustada do semestre/exercícios	2.684.087	9.606.909
Sobra líquida do semestre/exercícios	1.411.891	7.434.214
Provisão para perdas em operações de crédito	1.256.967	2.144.824
Depreciações e amortizações	15.229	27.871
Redução (aumento) nos ativos	1.107.473	(1.243.513)
Operações de crédito	1.145.403	(1.185.974)
Outros créditos	(37.930)	(57.539)
Outros valores e bens		(11.810)
Aumento (redução) nos passivos	2.711.153	(252.944)
Relações interdependências		(74.348)
Obrigações por empréstimos		(1.530.204)
Outras obrigações	2.711.153	1.277.260
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(58.377)	(93.791)
Baixa/aumento de investimentos	(58.377)	(93.791)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamentos	3.923.897	5.668.428
Utilização de reserva	-	(764)
Integralizações de capital	3.947.041	1.932.462
Devoluções de capital	-	3.789.969
IRRF sobre juros ao capital	-	(53.239)
Reversões de fundo	(23.144)	-
	(7.548)	
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	10.368.233	13.685.089
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.828.564	5.511.708
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	19.196.797	19.196.797
Acréscimo líquido/(decréscimo) no caixa e equivalente de caixa	10.368.233	13.685.089

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados do Magazine Luiza, Empresas Controladas e Coligadas – COOPLUIZA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

1 Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados do Magazine Luiza, Empresas Controladas e Coligadas – COOPLUIZA (Cooperativa), foi constituída em 9 de abril de 1997, está sediada na Rua do Comércio, 1924, 2º andar – centro, em Franca SP e adquiriu personalidade na data de 10 de abril de 1997, através do registro sob o nº 02.093.154/0001-09.

Tem por objeto social, além de outras operações que venham a ser permitidas às sociedades cooperativas de crédito, o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações, segundo a regulamentação em vigor; prover, através da mutualidade, prestação de serviços financeiros a seus associados; e a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

Podem se associar à Cooperativa todas as pessoas naturais que, estando na plenitude de sua capacidade civil, concordem com o presente Estatuto Social e que preencham as condições nele estabelecidas e sejam empregados do Magazine Luiza, empresas Coligadas e Controladas; empregados da própria Cooperativa e pessoas físicas que a ela prestem serviço em caráter não eventual, equiparadas aos primeiros para os correspondentes efeitos legais; empregados e pessoas físicas prestadoras de serviço em caráter não eventual às entidades associadas à Cooperativa e às entidades de cujo capital a Cooperativa participe;

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução CMN nº 4.434/2015.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

a Apresentação das demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 05 de fevereiro de 2024, as quais são de sua responsabilidade e foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BCB, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020 que

regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações pela Lei Complementar nº 130/2009.

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

b Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

b.1 Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência. Sobre o resultado de eventuais operações realizadas com não cooperados (ato não cooperativo) são apurados e recolhidos os impostos devidos. Os resultados destas operações são levados à conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, conforme previsto na Lei nº 5.764/1971.

b.2 Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

b.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de valor e resgatáveis a qualquer momento.

b.4 Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

b.5 Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para

as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

b.6 Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Sobre as operações de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

b.7 Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens. A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 – Ativo imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/2016.

b.8 Intangível

Corresponde aos ativos não monetários, identificáveis, controláveis e sem existência física, adquiridos e destinados para utilização da Cooperativa na manutenção de suas atividades e na geração de benefícios econômicos futuros. Estão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, e a amortização é reconhecida mensalmente, a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens ativos, revistas no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.534/2016.

b.9 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, o ativo intangível e os outros ativos não circulantes são revistos anualmente de acordo com os critérios definidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

b.10 Provisões

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

b.11 Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

b.12 Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante e estão sendo apresentados nas notas explicativas.

b.13 Imposto de renda e contribuição social

A Cooperativa está sujeita à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL quando auferir resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

b.14 Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. A Administração efetuou análise dos resultados da Cooperativa e não identificou ingressos de receitas e despesas não recorrentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

b.15 Instrumentos financeiros

A Cooperativa opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, operações de crédito e empréstimos.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

b.16 Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

b.17 Ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas no CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com sua aprovação consubstanciada na Resolução nº 3.823/09 do CMN, a saber.

Os Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Os Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados. As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as possibilidades de êxito.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2023	2022
Bancos	32.890	47.490
Títulos e valores mobiliários	19.163.907	5.464.218
	19.196.797	5.511.708

Os investimentos em títulos de renda fixa e centralização financeira foram classificadas como caixa e equivalentes a caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020.

4. Operações de crédito

a Composição da carteira de crédito por modalidade

Descrição	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Empréstimos	<u>26.368.807</u>	<u>11.272.917</u>	<u>37.641.724</u>	<u>25.905.636</u>	<u>12.277.680</u>	<u>38.183.316</u>

Foi registrado no resultado do exercício, em ingressos da intermediação financeira – operações de crédito, rendimentos no montante de R\$ 13.261.267 (R\$ 10.415.055 em 2022).

b Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	2023			2022		
		Vencidas	Vincendas	Total	Vencidas	Vincendas	Total
A	0,5	-	34.203.288	34.203.288	-	35.259.214	35.259.214
B	1	326.031	26.297	352.328	399.754	85.366	485.120
C	3	296.839	45.164	342.003	245.345	58.672	304.018
D	10	258.603	81.786	340.389	175.762	78.404	254.166
E	30	345.632	2.261	347.894	119.083	38.529	157.612
F	50	321.437	21.967	343.404	125.107	19.759	144.866
G	70	222.717	1.065	223.783	355.130	280.825	635.955
H	100	1.463.251	25.385	1.488.638	815.646	126.720	942.366
		<u>3.234.510</u>	<u>34.407.214</u>	<u>37.641.724</u>	<u>2.235.827</u>	<u>35.947.489</u>	<u>38.183.316</u>

c Composição da carteira por faixa de vencimento

Descrição	2023			Total
	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	
Empréstimos	<u>24.629.029</u>	<u>1.739.778</u>	<u>11.272.917</u>	<u>37.641.724</u>

Descrição	2022			Total
	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	
Empréstimos	<u>9.177.951</u>	<u>16.727.685</u>	<u>12.277.680</u>	<u>38.183.316</u>

d Composição da carteira por tipo de produto, cliente e atividade econômica

Descrição	2023		2022	
	Empréstimos	% da Carteira	Empréstimos	% da Carteira
Pessoa Física	<u>37.641.724</u>	<u>100%</u>	<u>38.183.316</u>	<u>100%</u>

e Concentração dos principais devedores

Descrição	2023	% Carteira Total	2022	% Carteira Total
Maior Devedor	128.598	0,3%	85.197	0,2%
10 Maiores Devedores	753.758	2%	616.806	2%
50 Maiores Devedores	2.170.122	6%	1.925.003	5%

f Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

5. (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a Composição por tipo de operação

Descrição	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	<u>(1.971.973)</u>	<u>(168.231)</u>	<u>(2.140.204)</u>	<u>(1.382.443)</u>	<u>(340.503)</u>	<u>(1.722.946)</u>

b Movimentação das provisões perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2023	2022
Saldo inicial	<u>(1.722.946)</u>	<u>(1.064.667)</u>
Créditos baixados para prejuízo	1.398.386	842.218
Constituição da provisão para perdas em operações de crédito	(2.128.413)	(1.509.413)
Reversão de provisão para operações de crédito (nota 13)	312.769	8.916
Saldo final	<u>(2.140.204)</u>	<u>(1.772.946)</u>

6. Outros ativos financeiros

Descrição	2023	2022
Diversos:		
Adiantamentos e antecipações salariais	58.451	12.141
Impostos e contribuições a compensar	2.955	2.955
Despesas antecipadas	10.263	11.810
	<u>71.669</u>	<u>26.906</u>

7. Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações

Descrição	Taxa anual de depreciação	2023		2022	
		Custo	Depreciação/ acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso					
Móveis e equipamentos de uso	10% e 20%	131.894	(86.482)	45.412	63.795
Intangível					
Software	20%	93.791	(9.488)	84.303	-
		<u>225.685</u>	<u>(95.970)</u>	<u>129.715</u>	<u>63.795</u>

8. Obrigações por empréstimos

		2023		
Descrição	Modalidade	Circulante	Não circulante	Total
Empréstimo Magazine Luiza	TMJ Magalu	-	-	-

		2022		
Descrição	Modalidade	Circulante	Não circulante	Total
Empréstimo Magazine Luiza	TMJ Magalu	1.530.204	-	1.530.204

Em decorrência da pandemia do novo coronavírus, responsável pela doença covid-19, MAGALU e COOPLUIZA, sensíveis ao momento, se uniram e criaram uma linha emergencial “TMJ Magalu”, pela qual colaboradores do MAGALU, cooperados da COOPLUIZA, poderiam ter sujeito aos termos e condições estabelecidos pela COOPLUIZA, no período compreendido entre 01/04/2021 e 16/04/2021, acesso a crédito consignado, de concessão da COOPLUIZA. Possui remuneração média de 0,28% a.m. e vencimento final em agosto/2023, porém em fevereiro/2023 foi realizada a quitação do saldo devedor restante.

9. Outras obrigações

Descrição	2023	2022
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	37.198	38.851
Sociais e estatutárias:		
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	4.226.132	4.156.941
Gratificações e participações a pagar	98.262	111.747
Quotas de capital a pagar (ii)	3.127.717	2.162.355
	<u>7.452.111</u>	<u>6.431.043</u>
Fiscais e previdenciárias:		
Impostos e contribuições a recolher	70.170	54.486
Diversas:		
Obrigações por aquisição de bens e direitos	47.267	26.818
Despesas com pessoal	119.666	110.134
Outras despesas	551.913	2.358
	<u>718.846</u>	<u>139.310</u>
	<u>8.278.325</u>	<u>6.663.690</u>

- (i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN.
- (ii) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitarem o desligamento do quadro social.

10. Patrimônio líquido

a Capital social

É representado pelas integralizações de 12.439 e 12.233 cooperados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas-partes.

No exercício de 2023, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 6.462.726 (R\$ 10.039.822 em 2022), e ocorreram devoluções em 2023, no montante de R\$ 3.789.969 (R\$ 7.986.549 em 2022).

O capital social é de R\$ 32.110.389 e de R\$ 26.387.958 em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente.

b Destinações estatutárias e legais

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2023 e de 2022, conforme Estatuto Social tiveram as seguintes destinações:

Descrição	2023	2022
Sobras do exercício, base de cálculo e destinações	10.554.827	6.916.108
Sobras à disposição Exercício anterior	3.044.195	1.336.587
Destinações estatutárias:		
Reserva Legal (sobras exercício anterior)	(3.044.195)	-
Juros sobre o capital (i)	(3.120.613)	(2.639.538)
Reserva legal (ii)	(741.106)	(1.280.707)
FATES (iii)	(370.554)	(1.280.707)
Transferido para FATES	-	-
Sobras antes da reversão dos dispêndios do Fates	6.322.554	3.051.743
Reversão da despesa - absorção do FATES	(23.142)	(7.548)
Transferencia despesa FATES	3.083	-
Sobras à disposição da Assembleia Geral	6.302.495	3.044.195

(i) Juros sobre o capital integralizado, limitado à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. Adicionalmente, conforme determinado pela Carta Circular BCB nº 3.935/2019, os juros sobre o capital social das cooperativas pagos ou creditados aos seus associados foram registrados no resultado do exercício, como “Outros dispêndios operacionais” (nota 14), e ajustados.

(ii) 10% para a reserva legal (30% em 2022) com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa;

(iii) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES (30% em 2022), com a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados, que podem

ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 09 (i)).

c Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 19 de abril de 2023, foi aprovada a destinação das sobras acumuladas do exercício de 2022 para reserva legal no valor de R\$ 1.707.608,74.

11. Outros ingressos operacionais

Descrição	2023		2022	
	1º semestre	2º semestre	Exercício	Exercício
Reversão de provisão para operações de crédito (nota 5b)	312.769	72.197	384.965	8.916
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	706.273	164.996	871.269	467.761
Outras rendas operacionais	30.434	83.499	113.933	1.100
	1.049.476	320.692	1.370.167	477.777

12. Dispêndios administrativos

Descrição	2023		2022	
	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Serviços técnicos especializados	(667.229)	(931.175)	(511.443)	
Rateio de despesas da Central	(28.389)	(53.080)	(77.462)	
Manutenção, conservação de bens e material	(184.592)	(373.360)	(347.049)	
Contribuições OCE	(14.586)	(29.171)	(25.975)	
Promoções, propagandas e publicidade	(41.009)	(77.136)	(76.308)	
Emprést.País - Direitos Credit	(-)	(16.411)	(305.665)	
Outros	(79.134)	(180.260)	(72.250)	
	(1.014.939)	(1.660.593)	(1.416.153)	

13. Dispêndios de pessoal e honorários

Descrição	2023		2022	
	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Proventos	(415.192)	(770.773)	(733.866)	
Encargos sociais	(154.804)	(288.217)	(240.046)	
Honorários	(79.830)	(147.030)	(137.112)	
Benefícios a empregados	(92.628)	(137.726)	(77.959)	
Remuneração de estagiários	-	-	(840)	
	(742.455)	(1.343.746)	(1.189.823)	

14. Outros dispêndios operacionais

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Juros sobre o capital (nota 12b)	(3.119.922)	(3.120.613)	(2.639.538)
Outros dispêndios	(135.048)	(182.205)	(5.115)
	(3.254.970)	(3.302.818)	(2.644.653)

15. Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Conselho de Administração e Fiscal). As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim resumidas nos exercícios:

Descrição	2023	2022
Principais saldos:		
Ativo		
Operações de crédito	112.219	2.791
Passivo		
Honorários	5.000	10.000
Patrimônio líquido		
Capital social	200.320	134.488
Principais operações:		
Ingressos com operações de crédito	10.498	2.729
Operações de captação no mercado	-	-
Juros sobre o capital próprio	(21.346)	(14.058)
Benefícios:		
Honorários	(147.030)	(137.112)
Impostos	(288.217)	(240.046)
Seguros	(137.726)	(77.959)

16. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2023	2022
Patrimônio de referência (PR)	46.634.153	33.868.885
Ativo ponderado pelo risco (RWA)	33.847.149	35.035.415
Índice de Basileia	95,34%	96,10%

17. Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

A cooperativa mantém a estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos em atendimento as Resolução nº 4.557/17 e Resolução 4.606/17 com objetivo de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos que a instituição esteja exposta de maneira relevante, considerando:

- i O modelo de negócios, com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços, das atividades e dos processos da Cooperativa;
- ii A dimensão e à relevância da exposição aos riscos, segundo critérios definidos pela COOPLUIZA e adequada ao Perfil de riscos apresentados na Cooperativa.

Na construção da Estrutura Simplificada de Gerenciamento Contínuo de Riscos, a COOPLUIZA adotou parâmetros que considera o suficiente para o estabelecimento da gestão dos riscos e se baseia nas seguintes Políticas:

a) **Estrutura de governança dos riscos**

Definir as responsabilidades para cada agente na estrutura da COOPLUIZA em relação a implementação, o controle, o repórter e a execução da estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos.

b) **Indicadores de riscos**

Apresentar os indicadores que serão utilizados para monitorar, reportar, avaliar, controlar e mitigar os riscos da COOPLUIZA.

c) **Risco de crédito**

Estabelecer limites operacionais, os mecanismos de mitigação de risco e os procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela administração da COOPLUIZA.

d) **Risco de liquidez e capital**

Tem por finalidade o risco de liquidez e suficiência de capital da COOPLUIZA, uma vez que a falta ou insuficiência de liquidez e/ou de capital podem causar efeitos negativos em sua capacidade operacional, notadamente em períodos de crise.

e) **Risco socioambiental**

Estabelecer os princípios e as diretrizes para a COOPLUIZA obter o controle sobre os riscos socioambientais inerentes ao negócio e gerenciá-los, buscando minimizá-los para proteger o patrimônio da Instituição e, conseqüentemente, salvaguardar o patrimônio e os interesses de seus cooperados, empregados e demais partes interessadas.

f) **Risco operacional**

Orientar a administração da COOPLUIZA nos procedimentos internos destinados a minimizar a ocorrência de riscos operacionais, estabelecendo, didaticamente, conceitos e métodos de controle.

g) Política de seleção/contratação de prestadores de serviços

Estabelecer os critérios para seleção e contratação de prestadores de serviços considerados relevantes determinando diretrizes para a adequada verificação do cumprimento, pelo prestador de serviço contratado, de suas obrigações legais, regulatórias e contratuais.

h) Registro de eventos de perda e ocorrências

Estabelecer critérios para registro de eventos e ocorrência de eventos referente ao risco operacional a fim de elaborar informações e relatórios consistentes e padronizados.

i) Política de gestão de mudanças e desenvolvimento de novos produtos e serviços:

Estabelecer os princípios e as diretrizes para a COOPLUIZA quando efetuar mudanças ou desenvolvimento de novos produtos e serviços tenha como parâmetros que auxiliem na prevenção de riscos associados.

18. PLANO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO CONTÁBIL ESTABELECIDADA NA RESOLUÇÃO CMN Nº 4.966/2021.

O Banco Central do Brasil publicou a Resolução CMN nº 4.966/2021 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras.

Grande parte das disposições da Resolução entrarão em vigor em janeiro de 2025, mas o órgão regulador estabeleceu a obrigatoriedade de as instituições financeiras elaborarem um plano para a implementação da regulamentação contábil. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração conforme Ata 152001, de 23 de Junho de 2022, e contempla a descrição do cronograma das ações a serem executadas, naquilo que é aplicável ao modelo de negócio da COOPLUIZA e ao Segmento 5 (S5) no qual a Cooperativa está enquadrada.

Durante o ano de 2023, o Banco Central do Brasil (BCB) e o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicaram novos normativos que dispõem, alteram, revogam e compõem o arcabouço regulatório da convergência no Brasil do IFRS9, se trata de disposições esperadas pelas instituições para implementação e mudança dos critérios contábeis de classificação, mensuração e reconhecimentos dos instrumentos financeiros.

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2025 estão sendo estudados e, gradualmente, aplicados previamente mediante identificação de evoluções sistêmicas necessárias para minimizar a implicação operacional dos efeitos de transição. Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

A) Resumo do Plano de Implementação

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

Ação	Responsável	Data
✓ Concessão de Crédito: realização de estudo e análise do impacto que a cooperativa poderá sofrer nos seus resultados, uma vez que venha ampliar os requisitos necessários para concessão de crédito.	Área de Negócios	De janeiro à junho de 2023.
✓ Provisões de Crédito: definição dos critérios a serem utilizados para constituir as provisões que ocorrerão a partir de janeiro de 2025, bem como estudos e análises, com vistas a verificar os impactos que poderão causar nos números/resultados.	Área Administrativa	De janeiro à dezembro de 2023.
✓ Sistema Operacionais: verificação de quais informações o sistema operacional não integra com o mercado financeiro e qual a previsão de que essa funcionalidade estará disponível, respeitado o prazo do normativo.	Faccred – Fácil Tech	Dezembro de 2024
✓ Política e manuais: revisão de normativos internos	Área Administrativa	De Julho à dezembro de 2024
✓ Treinamentos: Definição da equipe e busca de instituições para capacitação	Área Administrativa	De Julho à Dezembro de 2024

Vinicius Henrique Peraro
Presidente e diretor responsável pela área contábil
CPF 359.388.148-98

Guilherme Sousa Alves
Contador CRC: 1SP339005
CPF: 353.967.498-57

*** fim **